

Audiência sobre negociação coletiva no serviço público é adiada

A audiência pública que discutiria o Projeto de Lei (PL) 1893/26, que regulamenta a negociação coletiva no setor público, foi adiada. A atividade estava prevista para esta terça-feira (11), na Câmara dos Deputados, mas ainda não há nova data definida.

Solicitada pela deputada Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP), a audiência teria como objetivo debater o projeto encaminhado pelo Poder Executivo e a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que assegura o direito à negociação coletiva no serviço público.

O PL 1893/26 foi elaborado a partir do trabalho de um Grupo de Trabalho Interministerial criado em 2023, com participação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e de representantes dos servidores públicos.

Para as entidades sindicais, a proposta representa um avanço importante para a regulamentação da

negociação coletiva no serviço público. A defesa é pela preservação dos principais pontos do projeto e pelo reconhecimento do papel das entidades sindicais nas negociações entre trabalhadores e governo.

Mobilização está mantida

Apesar do adiamento da audiência, a Jornada de Luta convocada pelo Fonasefe está mantida entre os dias 10 e 13 de agosto, em Brasília. Servidores públicos e entidades sindicais participarão de atividades em defesa da regulamentação da negociação coletiva e da valorização do serviço público.

Os atos terão concentração a partir das 9h, em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados.

No dia 12 de agosto, as entidades também participarão do 20º Encontro de Aposentados e Pensionistas do Mosap, das 8h às 13h, no Auditório Nereu Ramos. Entre as pautas do encontro está a defesa de um auxílio-nutrição para servidores aposentados e pensionistas.



A regulamentação da negociação coletiva é uma reivindicação histórica dos servidores públicos e representa um instrumento para fortalecer o diálogo entre trabalhadores, entidades sindicais e governo.

A audiência foi adiada, mas a mobilização continua em defesa da negociação coletiva, da valorização do funcionalismo e de um serviço público de qualidade.

Com informações da CUT

IFMA abre seleção para professores em Balsas

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) – Campus Caxias publicou edital para seleção de profissionais que atuarão como professores do curso de Promotor de Vendas, ofertado na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC), na unidade remota do IFMA em Balsas (MA).

Podem participar servidores do IFMA e profissionais externos. A seleção será realizada por meio de avaliação de títulos, e as inscrições seguem até o dia 16 de agosto, pelo site do IFMA – Campus Caxias.

O edital contempla profissionais de diversas áreas, entre elas Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Design, Economia, Engenharia, Gestão Comercial, Recursos Humanos, Letras, Logística, Marketing, Matemática, Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Sistemas de Informação e áreas relacionadas à tecnologia.

O processo seletivo terá validade de um ano, a contar da publicação do resultado final,



podendo ser prorrogado por igual período, conforme o interesse da instituição.

Mais informações no [site do IFMA](#)

UFMA está com inscrições abertas para transferências e admissão de graduados

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) está com inscrições abertas para processos seletivos destinados a estudantes que desejam ingressar na instituição por transferência interna, transferência externa ou admissão de graduados.

A transferência interna é destinada a estudantes já matriculados na UFMA que desejam mudar de curso e/ou campus. A transferência externa atende alunos de outras instituições de ensino superior interessados em transferir sua graduação para a UFMA. Já

a admissão de graduados é voltada para pessoas que já possuem diploma de curso superior e desejam ingressar em uma nova graduação.

As inscrições podem ser realizadas até o dia 14 de agosto de 2026, exclusivamente pelo sistema da UFMA. A taxa é de R\$ 100,00, com pagamento do boleto até 18 de agosto. Candidatos inscritos no CadÚnico podem solicitar a isenção da taxa entre os dias 10 e 12 de agosto.

Para concorrer às vagas, é necessário que o curso de origem e o curso

pretendido tenham afinidade, conforme critérios estabelecidos nos editais.

A seleção será realizada considerando o desempenho do candidato em uma das edições do Enem de 2010 a 2025, além da análise da documentação exigida. No momento da inscrição, o candidato deverá indicar a edição do Enem que será utilizada para a seleção.

Os interessados devem consultar os editais e o Quadro de Afinidades antes de realizar a inscrição.

NOTA DA CUT:

REDUÇÃO TÍMIDA DOS JUROS TRAVA O DESENVOLVIMENTO E PUNE TRABALHADORES

Central Única dos Trabalhadores - CUT Brasil considera insuficiente a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de aplicar mais um corte insignificante na taxa básica de juros (Selic) de apenas 0,25 ponto percentual, passando de 14,25% para 14% ao ano. Ao optar por uma redução a gotas, o Banco Central insiste em manter o Brasil refém de um dos juros reais mais altos do mundo, sabotando a retomada da atividade econômica e penalizando diretamente a população que produz a riqueza do país.

A CUT Brasil reiteradamente vem denunciando que a manutenção da Selic em níveis abusivos sufoca as famílias brasileiras. Os juros altos encarecem o crédito, sobrecarregam o orçamento doméstico com dívidas impagáveis e minam o poder de compra dos salários. A política monetária conduzida pelo Banco Central atua como um freio de mão puxado contra a geração de empregos com carteira assinada e o combate às desigualdades sociais.

Para o desenvolvimento nacional, o custo dessa política é devastador. Ao encarecer o investimento produtivo, o Banco Central transfere recursos bilionários do orçamento público, que deveriam financiar saúde, educação, infraestrutura, moradia e outras políticas públicas, diretamente para a renda de especuladores financeiros. Não há soberania econômica e nem crescimento sustentável possível enquanto a produção for sacrificada em benefício do rentismo.

O Brasil necessita de uma virada urgente na política monetária, o que exige a redução drástica e acelerada da taxa Selic e a revisão da rigidez da meta de inflação de 3% ao ano fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Com os índices inflacionários controlados e dentro do intervalo de tolerância, o Banco Central estabeleceu a meta de inflação como um alvo irrealista e excessivamente restritivo para as características econômicas do país na atualidade, acatando a pressão do mercado financeiro e utilizando como pretexto para manter os juros nas alturas. Essa obsessão pelo centro da meta, favorece o mercado financeiro, prejudica o crescimento do PIB, encarece desnecessariamente a dívida pública e penaliza diretamente o poder de compra da população e o desenvolvimento do país.

Reforçamos mais uma vez a urgência e necessidade da nossa Campanha Permanente #MenosJurosMaisEmpregos. O Governo Brasileiro, desde 2023, tem demonstrado disposição e todas as condições econômicas para o Brasil avançar no desenvolvimento do país, possibilitando ao Banco Central o avanço em cortes arrojadados da taxa de juros e alinhados às necessidades do povo. A CUT reafirma que o país não pode aceitar a submissão do Estado aos interesses do mercado financeiro patrocinada por uma autoridade monetária insensível às demandas sociais.

A CUT Brasil convoca todas as confederações, federações, sindicatos, Estaduais e entidades cutistas a seguirem mobilizadas e firmes nas ruas, nos locais de trabalho e nas redes sociais fortalecendo a Campanha Permanente #MenosJurosMaisEmpregos. Seguiremos em luta pela redução drástica e acelerada da taxa de juros, pelo fim da autonomia do Banco Central e por uma política monetária que sirva à produção, à soberania nacional e à classe trabalhadora.

Se é importante para o povo brasileiro, é uma luta da CUT!

Direção Executiva Nacional da CUT - 06 de agosto de 2026